

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2015 – CMO

Requer a realização de “Audiência Pública Regional para debater o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016-2019 – PPA 2016/2019, nos termos do art. 96 da Resolução nº 1, de 2006 – CN

Senhor Presidente,

Em conformidade com art. 96 da Resolução nº 01, de 2006 – CN, venho requerer, juntamente com a Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização – CMO, a Realização de Audiência Pública Regional para debater o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016-2019 – PPA 2016/2019.

A referida Audiência objetiva aprofundar o debate sobre os desafios e as proposta do país para o PPA 2016/2019 e ampliar a participação social nas políticas públicas e ações do Governo Federal. O público alvo são representantes da sociedade civil e conselho Estaduais e municipais, movimentos sociais, entidades sindicais e empresariais.

Proponho, na qualidade de representante do Estado de São Paulo, a realização da citada Audiência pública, no Plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP, em São Paulo – SP.

Para a sua realização solicito o apoio de 01 (um) servidor da Secretaria da CMO, 01 (um) servidor da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Como membro da CMO proponho essa referida audiência pública para debater com a sociedade o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2016/2019, projeto esse que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A elaboração do PPA 2016/2019 vai propor um novo modelo de construção de planejamento que deverá envolver o governo federal e a Secretaria Geral da Presidência da República deram início a este modelo de elaboração que cria oportunidades para um debate participativo, o Dialoga Brasil.

O presente requerimento, portanto, tem como objetivo proporcionar uma participação mais democrática da sociedade na priorização dos programas estratégicos governamentais e nas discussões relativa às possibilidades de alocação de recursos públicos nas Leis Orçamentárias Anuais do período de 2016 a 2019.

Sala das Sessões, 01 de setembro de 2015.

Deputado Nilto Tatto
PT/SP